

Esforço para votar leis é a nova arma eleitoral

O PMDB vai partir para uma política mais agressiva na Câmara dos Deputados e no Senado, como uma estratégia de levar Ulysses a preencher, como candidato, o espaço que o partido ocupa dentro e fora do Congresso Nacional. A "arma" da campanha é velha conhecida do deputado Ulysses Guimarães: a Constituição.

O partido identificou 30 pontos da Constituição, onde é imprescindível a aprovação de legislação complementar ainda este ano. "Dizer ainda este ano é limitar até 15 de setembro, porque pouca coisa poderá ser examinada depois dessa data, quando se inicia a propaganda gratuita pelo rádio e televisão e a campanha presidencial entra em sua fase decisiva", admite o deputado Antonio Brito.

"Defesa do consumidor, seguridade social, tributos, legislação eleitoral para 1990 e competências do Vice-Presidente, são alguns dos pontos identificados pelo PMDB como essenciais", disse Brito, relator de uma reunião de grupo, realizada ontem, justamente para definir essas leis prioritárias para o bom funcionamento da Constituição. Segundo ele, o partido já tem projetos de lei sobre todos estes assuntos e, como partido majorita-

rio, vai "puxar o cordão" para conseguir aprovação em plenário.

Brito admitiu que "o hábito" do Governo de mandar medidas provisórias uma atrás da outra atrapalha qualquer cronograma de ação legislativa. "Até agora são 71 medidas, cuja tramitação atropela o processo normal por ser prioritário. Se quisermos manter o recesso de julho, precisamos votar cerca de 15 medidas provisórias, além de apreciar vetos de natureza prioritária como os do salário mínimo e da lei salarial, tudo isto em dez dias, tarefa digna de um Congresso-Hércules, mas não impossível".

Para o deputado gaúcho, o exercício político do PMDB em todas essas votações e nas apresentações de projetos de lei já conta com o esforço burocrático das Mesas da Câmara e do Senado e o apoio da quase totalidade da bancada. "O primeiro objetivo é servir ao País e melhorar a imagem do Congresso. É claro que, se formos eficientes e conseguirmos a aprovação desses 30 pontos da Constituição identificados como prioritários, este esforço fará muito bem ao partido, refletindo diretamente na popularidade de nosso candidato à Presidência".

Brito afirmou ser necessário "desmistificar" as afirmações sobre necessidade de leis complementares para o pleno exercício da Constituição. "Quem fala em 155 leis está listando as de iniciativa do Judiciário e do Executivo, que não nos compete interferir, além de incluir pontos em que já existe legislação anterior, embora muitas vezes insuficiente ou inadequada. Na verdade cabe ao Legislativo a tarefa de suprir 60 leis. Se conseguirmos a metade delas este ano e soubermos escolher as mais relevantes, é certo podermos afirmar que a Constituição está em vigor".

O PMDB conta com 199 deputados de um total de 495, e 34 senadores de um total de 75. Portanto, se houver um esforço efetivo das lideranças no sentido de trazer as bancadas para votação, uma aliança com o PFL de um lado ou com os partidos da chamada "esquerda" de outro, garante-se a aprovação de qualquer projeto. Foi o que aconteceu ontem, com o substitutivo da medida 56, sobre política salarial para os servidores públicos.

Por uma ironia, este projeto foi aprovado justamente no dia em que o Governo vetou a lei salarial e enviou medida provisória 70, com regras bem mais draconianas.